



Comissão pede que país seja candidato à sede da COP-25

Requerimento aprovado pela Comissão de Relações Exteriores defende que o governo reveja decisão de não participar da disputa para sediar conferência do clima em 2019. Senadores criticaram a renúncia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento pedindo que o governo reveja a posição de desistir da candidatura para sediar a conferência da ONU sobre o clima, COP-25, no ano que vem. A votação para a escolha da sede deverá ocorrer durante a COP-24, que começa no domingo, em Katowice, na Polônia.

O presidente da comissão, Fernando

Collor, criticou duramente a decisão, que, segundo ele, não condiz com a estatura que o Brasil atingiu no debate mundial sobre mudanças climáticas.

Autores do requerimento, Cristovam Buarque e Jorge Viana também condenaram a desistência e disseram que a causa não foi falta de dinheiro, como alegou o governo. Viana lembrou que a maior parte dos recursos já existe. **5**



Eunício Oliveira entre os senadores Fernando Bezerra Coelho e José Serra

Plenário deve votar cessão onerosa na próxima semana

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, marcou para a próxima semana a votação do projeto que autoriza a Petrobras a transferir a empresas privadas até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP). O projeto está na pauta do Plenário, mas ainda não foi possível, segundo Eunício, chegar a um acordo com o Palácio do Planalto sobre a participação de estados e municípios na receita da cessão onerosa.

Seis senadores apresentaram emendas para incluir no projeto a previsão de que governos e prefeituras recebam parte do bônus de assinatura, o montante pago pela empresa privada como condição para o contrato. **3**

Avança proposta que permite uso de maconha com fins medicinais

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que descriminaliza o plantio da maconha para uso medicinal. A proposta será analisada agora pela Comissão de Constituição e Justiça. Segundo o texto, ficam liberados a importação de plantas e sementes, o plantio, a cultura e a colheita da *Cannabis sativa*. **6**

Especialistas fazem defesa do Instituto de Museus

A manutenção do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foi defendida ontem por representantes do setor em audiência pública no Senado. Eles também pediram um novo modelo de financiamento durante o debate da MP que visa substituir o Ibram pela Agência Brasileira de Museus. **2**



Um dos autores do requerimento, Jorge Viana, e o presidente da comissão, Fernando Collor, criticaram duramente a decisão

Carro de guia turístico deverá ser registrado em cadastro de serviços **3**

Texto isenta Zona Franca Verde do imposto sobre máquinas importadas **4**

Locais movimentados poderão ser obrigados a instalar fraldários **8**

Proposta cria fundo de apoio para região de Terra Ronca, em Goiás **8**

Plenário aprova novo embaixador para a Arábia Saudita **3**

Comissão aprova projeto que endurece combate ao tabagismo

Proposta com novas medidas de combate ao hábito de fumar foi aprovada ontem em uma comissão do Senado. O projeto estabelece a proibição de qualquer forma de propaganda ou patrocínio de produtos fumígenos também nos locais de venda. Além disso, não será mais permitido o uso de substâncias que possam intensificar ou modificar sabor ou aroma de cigarros.

O texto, que ainda será analisado em outra comissão, suscitou debate entre Cristovam Buarque, favorável às medidas, e Ana Amélia, que teme o impacto econômico negativo sobre as regiões produtoras de fumo. **7**

Projeto de José Serra prevê ainda que as embalagens sejam padronizadas, mantendo as advertências contra o fumo



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Setor pede manutenção de instituto de museus

Na comissão da MP que cria uma agência nacional para o setor, debatedores criticaram a extinção do Ibram e pediram novo modelo de financiamento

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA ontem na comissão mista da medida provisória que cria a Agência Brasileira de Museus (Abram) foram unânimes na defesa da manutenção do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que será substituído pela agência, de acordo com a MP 850/2018.

Eles encaminharam à relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), outras sugestões de alterações no texto, como a introdução de um modelo que contemple várias receitas orçamentárias e a criação de um sistema próprio de contratação de pessoal.

— Mais do que nunca precisamos nos unir para salvar os museus e acervos federais brasileiros e também os demais museus e acervos — afirmou o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão.

Museu Nacional

O diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Alexander Kellner, criticou a medida, que transfere para a Abram a responsabilidade pela reconstrução do museu, destruído por um incêndio em setembro. Ele ressaltou que o Museu Nacional está ligado à Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), cuja autonomia é prevista no artigo 207 da Constituição. Kellner disse também que todo o acervo bibliográfico do Museu Nacional, que inclui obras raras, está a salvo.

— Muitas obras raríssimas estão preservadas, até mesmo com cuidados extras contra o furto — afirmou.

O diretor disse que é preciso aperfeiçoar os métodos

de gestão administrativa e financeira dos museus, mas para isso, não é necessário acabar com o Ibram.

— A extinção do Ibram não parece ser, nem de perto, o melhor caminho para que a gente consiga chegar a essa estabilidade — afirmou.

A presidente do comitê nacional do Conselho Internacional de Museus, Renata Vieira da Motta, também se manifestou contra a medida provisória.

— É um risco avançar no modelo dessa agência, que talvez não seja a resposta adequada. Não podemos nos apressar ou sermos levianos em abraçar essa resposta diante da urgência e dos desafios. Não nos parece que seja minimamente suficiente diante desses desafios o financiamento proposto, ainda mais se colocarmos a reconstrução do Palácio do Museu Nacional, que está orçado em R\$ 300 milhões — advertiu.

A presidente do Ibram, Eneida Braga Rocha, disse que os representantes dos 12 países que participaram do 9º Encontro Ibero-Americano de Museus, em San José, na Costa Rica, incluíram no documento final a defesa do Ibram, considerado fundamental para o desenvolvimento das políticas públicas e uma referência para as nações da região.

— O Ibram não foi criado apenas para fazer a gestão de 30 museus, o que já seria uma tarefa árdua e desafiadora, mas para tratar de um campo que reúne 3.700 museus, que cresce a cada dia. E além disso conduzir uma política para o setor museológico brasileiro — afirmou.

O dispositivo da MP 850 que determina o uso de 6% do orçamento do Sebrae para compor parte dos recursos



A relatora da MP, Lídice da Mata (C), comanda a audiência ao lado do ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão

da Abram provocou a protestos do gerente de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do Sebrae, Bruno Quick. Ele disse que o Sebrae já perdeu 12% para a Agência de Promoção de Exportação (Apex) e 3% para a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), mas Ataídes Oliveira (PSDB-TO) defendeu a proposta.

— Retirar R\$ 37 milhões do orçamento do Sebrae não representa nada. Nós precisamos botar esses 6% sobre todo o Sistema S (Sesi, Senai, Sest e Senar), o que daria em torno de R\$ 146 milhões por ano. E acho que ainda é pouco — disse o senador.

Validade

O presidente da comissão mista, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), afirmou que a MP é uma oportunidade para incrementar a administração dos museus e fez um apelo para que ela seja votada.

— Não devemos deixar que essa MP perca a validade, porque vai ficar aquela ideia de irresponsabilidade, e que não demos uma resposta ao fogo que queimou o Museu Nacional.

Criação de agência põe patrimônio cultural em risco, diz professora

A medida provisória que cria a Abram em substituição ao Ibram desconsidera instrumentos legais e põe em risco o patrimônio científico e cultural. A avaliação foi feita ontem pela coordenadora do Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, Maria das Graças Teixeira, na segundo debate que a comissão mista da MP 850/2018 promoveu ontem.

— Minha preocupação é com o que está por vir, com os museus pequenos, os museus comunitários e espaços de memória no campo religioso. A MP ignora políticas públicas que ainda precisam ser defendidas e difundidas.

O texto também foi criticada pela diretora do Conselho Federal de Museologia Maria Eugenia Saturni. Ela disse que o governo, ao propor a extinção por meio da MP, não apresentou estudo que mostrasse problema de gestão.

O representante da Confederação Nacional de Trabalhadores do Serviço Público Federal fez coro.

— Aproveitaram de momento de comoção nacional, que foi o incêndio do Museu Nacional, para dar mais um golpe na sociedade brasileira — disse Gilberto Gomes.

Representante do Ministério da Educação, Weber Souza apontou ainda a necessidade de rever os atuais modelos de gestão no serviço público como um todo, em busca da eficiência e otimização das ações oferecidas pelo Estado.

O representante do Ministério do Planejamento, Eduardo Pastore, explicou que os museus sujeitam-se hoje ao arcabouço legal das autarquias públicas, no que se refere à contratação de servidores, bens e serviços para manutenção predial e segurança dos acervos, entre outros.

— São instrumentos com uma série de amarras legais. Mesmo que o museu por si só tenha receita, não vai conseguir a receita em benefício próprio, porque esse recurso vai ser contingenciado e obedecer ao teto de gastos.

Texto prevê voto aberto em eleições do Senado

O senador Lasier Martins (PSD-RS) apresentou projeto de resolução que acaba com o voto secreto de senadores nas eleições para presidente e vice-presidente do Senado, secretários e suplentes da Mesa Diretora e presidentes e vices das comissões da Casa.

O PRS 53/2018 altera o Regimento Interno da Casa para definir que as eleições terão de ser feitas por meio de “escrutínio ostensivo nominal”, ou seja, os senadores votarão em suas bancadas e o voto aparecerá no painel eletrônico de votação. Atualmente, o voto nesses casos é secreto e o painel só mostra a totalização.

Lasier lembra que a Emenda Constitucional 76 extinguiu o

voto secreto para apreciação de vetos presidenciais e para a cassação de mandatos parlamentares. Entretanto, diz o senador, o regimento do Senado ainda prevê o voto secreto nas eleições para a Mesa Diretora e para presidentes e vices das comissões. Essas eleições ocorrem de dois em dois anos.

“Nunca deve ser esquecido que os parlamentares são meros representantes do povo e, quando votam, estão exercendo a delegação popular que o voto lhes concede. É injustificável que haja deliberações secretas no Congresso Nacional, na medida que isso significa ocultar do representado aquilo que o representan-

te está fazendo em seu nome. Trata-se de agressão contra o cidadão, que o impede de exercer o seu inalienável direito de fiscalização da atuação de seu representante”, afirma Lasier na justificativa do projeto.

Se a proposta for aprovada, as votações secretas no Senado ficarão restritas a: escolha de autoridades, como embaixadores, suspensão das imunidades de senador durante estado de sítio e exoneração do procurador-geral da República ou por “determinação do Plenário”, conforme o Regimento Interno da Casa.

O texto pode receber emendas até amanhã. Depois vai para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SESSÃO ESPECIAL Aniversário da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP

9h Comemoração dos 120 anos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Na pauta, texto que retira precatórios dos limites de aumento das despesas correntes dos estados, estabelecidos como contrapartida à renegociação das dívidas com a União.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Cessão onerosa é adiada para próxima semana

Governo e senadores não chegaram a um acordo sobre a participação de estados e municípios na receita da transferência de 70% dos direitos de exploração do pré-sal

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, adiou para a próxima semana a votação do projeto que autoriza a Petrobras a transferir a empresas privadas até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 78/2018 está na pauta do Plenário desde o dia 6 de novembro. Mas, segundo Eunício, ainda não foi possível chegar a um acordo com o Palácio do Planalto sobre a participação de estados e municípios na receita da cessão onerosa.

— Ficamos até quase meia-noite reunidos. Mas até agora não se fez o entendimento porque parte da equipe econômica acha que isso atinge a questão do teto de gastos. Não vou colocar a matéria em votação. Vou transferir para a próxima semana e até lá tentar encontrar um equilíbrio que sirva para todos — afirmou.

Seis parlamentares apresentaram emendas para incluir no projeto a previsão de que governos e prefeituras recebam parte do bônus de assinatura,

o montante pago pela empresa privada como condição para o contrato. Lindbergh Farias (PT-RJ) sugere que estados e municípios fiquem com metade do valor. Wellington Fagundes (PR-MT) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defendem um repasse de 30%.

— Apresentei um destaque para assegurar que os recursos sejam vinculados a investi-

mentos em educação, para que nenhum governador ou prefeito desavisado queira usar o dinheiro para pagar folha atrasada — disse Randolfe.

Guaracy Silveira (DC-TO) sugere que os estados fiquem com 25% e os municípios com 50% do bônus, enquanto Lídice da Mata (PSB-BA) defende um modelo escalonado de divisão. A União ficaria com 22%,

enquanto governos e prefeituras dividiriam 47% do valor. Os 31% restantes ficariam com estados confrontantes (23%); municípios confrontantes (6%) — aqueles cujo território se situa em frente aos poços produtores —; e cidades afetadas por operações de embarque e desembarque de petróleo (2%). Aécio Neves (PSDB-MG) sugere a transferência de 20%:

— A cessão onerosa é um caminho irreversível para a exploração do pré-sal. Mas o bônus de assinatura é o caminho mais adequado para que estados e municípios tenham condição de minimizar a situação de calamidade que atravessam hoje.

Eduardo Braga (MDB-AM) também defende a participação de governos e prefeituras no rateio do bônus de assinatura. Mas faz um alerta: o teto de gastos previsto pela Emenda Constitucional 95 pode inviabilizar a utilização dos recursos. A norma limita as despesas de União, estados e municípios ao Orçamento do ano anterior corrigido pela inflação.

— Como contabilizar isso dentro do Orçamento da União, diante do cenário de que temos hoje de uma emenda que “teta” os gastos públicos? Não há como contabilizar esse recurso a não ser por um crédito extraordinário. E aí começa o grande desafio deste projeto de lei. Ele não está pronto para ser votado — questiona Braga.



Eunício Oliveira (à mesa, no centro) pretende chegar a um acordo que equilibre interesses antes da votação

Vai a sanção cadastro de veículo para guia turístico

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que obriga o guia de turismo que usa carro próprio para trabalhar a fazer o cadastramento do veículo no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). O registro deve ser feito também no município e no estado onde a atividade for organizada e onde circula. A proposta agora segue para sanção presidencial.

O registro previsto no projeto será limitado a um veículo, que poderá ser do guia, de seu

cônjuge ou dependente. De acordo com o PLC 23/2014, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), fica proibido o licenciamento de veículos com menos de três portas para o transporte de passageiros e ainda o daqueles com mais de cinco anos de fabricação.

Independentemente da vistoria de trânsito, o veículo registrado estará sujeito, em qualquer tempo, a inspeção da entidade registradora, que terá o poder de determinar a baixa definitiva do registro ou a

temporária, para reformas. Em caso de venda, o proprietário deverá providenciar a baixa do veículo no prazo de 15 dias.

A intenção é evitar que o guia seja confundido como um motorista de transporte irregular de passageiros, por exemplo. Inicialmente, o projeto determinava que o veículo não poderia ter duas portas. Mas o texto foi alterado para evitar má interpretação. Com isso, a proposta passou a exigir veículos com três ou mais portas.

Percentual de recursos de multas pode ir para a saúde

Pelo menos 10% dos recursos arrecadados com multas de trânsito deverá ser investido em ações e serviços de saúde que atendam as vítimas de acidentes de trânsito, caso se torne lei projeto de Ciro Nogueira (PP-PI), que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 436/2018 acrescenta ao rol de destinações dos recursos das multas — fiscalização, policiamento, engenharia e sinalização de trânsito — as despesas com saúde e reabilitação dos acidentados e determina que, no mínimo, 10% do total arrecadado seja aplicado especificamente nas ações de saúde. O projeto detalha que esses recursos devem ser destinados ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e não podem integrar os percentuais de aplicação obrigatória em saúde dos estados, municípios ou da União, segundo a Lei Complementar 141, de 2012.

De acordo com Ciro, no âmbito da União, a arrecadação de multas executadas em 2017 foi de cerca de R\$ 9 bilhões, mas desconhece-se a destinação precisa desses recursos, a efetiva contribuição para a melhoria das políticas de trânsito e se houve redução das despesas em saúde em decorrência

dos acidentes de trânsito. Para o senador, seria questão de justiça destinar mais recursos à saúde.

Em 2015, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), diz Ciro, o país consumiu R\$ 12,3 bilhões em cuidados com a saúde e perda de produção devido às lesões ou morte, sendo 64,7% associados às vítimas dos acidentes e 34,7% a custos com veículos, como danos materiais e perda de cargas, além dos procedimentos de remoção dos veículos acidentados.

“Os custos da atenção integral à saúde das vítimas de acidentes de trânsito são diretamente correlacionados com o uso da infraestrutura rodoviária sem, contudo, contar com nenhuma fonte direta de financiamento desse sistema. Se é verdade que a educação previne acidentes, é também verdade que, por mais educada que seja a população, sempre haverá acidentes com vítimas, cujos tratamentos precisarão ser custeados de alguma forma. Por conseguinte, em prol da justiça social há lógica em financiar parte desse custo pelos infratores de trânsito”, justifica o senador.

A proposta é terminativa na CCJ e aguarda relator.

Embaixada na Arábia Saudita tem novo titular

O Plenário aprovou ontem a indicação de Marcelo Souza Della Nina para chefiar a embaixada brasileira na Arábia Saudita, cumulativamente com a representação no Iêmen. Foram 53 votos a favor e 3 contrários, além de 1 abstenção.

Della Nina foi sabatinado

e aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no início do mês de novembro.

Como diplomata, já desempenhou as funções de assessor na Divisão de Tecnologias Sensíveis do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações

Exteriores (1997-1998) e de chefe da Divisão de Propriedade Intelectual (2014-2015). Desde junho de 2015, é o responsável pela coordenação da área econômico-comercial, investimentos, promoção comercial, energia, consular e administração da embaixada do Brasil na China.

Indicação de novo diretor da Anatel é aprovada

Por 37 votos favoráveis, 8 contrários e 1 abstenção, o Plenário aprovou ontem a indicação de Moisés Queiroz Moreira para o cargo de diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A aprovação será comunicada à Presidência da República.

A indicação tramitava em

regime de urgência, após aprovação do nome em sabatina na Comissão de Infraestrutura (CI), na terça-feira.

Na audiência na CI, ele afirmou que o Brasil é muito carente em antenas e que uma lei específica vai facilitar o processo.

— No caso do 5G, provavel-

mente teremos que aumentar o número de antenas de 10 a 15 vezes. E hoje a antena é tratada como edificação, ao passo que ela é um equipamento. Existem mais de 300 leis estaduais e municipais que dificultam muito. A Lei das Antenas vem resolver isso de forma muito prática — disse o engenheiro.

Avança isenção fiscal para a Zona Franca Verde

Projeto aprovado em comissão isenta de Imposto de Importação indústrias de manufaturados com matéria-prima regional situadas em alguns municípios da Região Norte

AS INDÚSTRIAS INSTALADAS na Zona Franca Verde poderão comprar máquinas, equipamentos e insumos com isenção do Imposto de Importação. É o que diz um projeto aprovado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O PLS 68/2016 segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A Zona Franca Verde, criada em 2009 e regulamentada em 2015, engloba indústrias localizadas nas áreas de livre comércio de Tabatinga (AM), Macapá e Santana (AP), Guajará-Mirim (RO), Brasileia e Cruzeiro do Sul (AC). Elas têm isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para

manufaturados feitos com matérias-primas regionais. A lista inclui frutos, sementes e madeiras, entre outros.

O impacto orçamentário e financeiro da renúncia de receita decorrente da aprovação do projeto estava estimado em R\$ 30,1 milhões em 2016 (quando foi apresentado o projeto), R\$ 36,1 milhões em 2017 e R\$ 43,3 milhões este ano.

Durante a reunião, Romero Jucá (MDB-RR) leu o parecer de Davi Alcolumbre (DEM-AP), segundo o qual “o projeto define a direção e o mecanismo da vantagem tributária, exatamente aos equipamentos da Zona Franca Verde”.

No texto, o autor da proposta, Randolfe Rodrigues (Rede-



Presidente da comissão, Fátima Bezerra conduz reunião sobre o projeto

-AP), argumenta que, para se tornar “viável e efetiva”, a Zona Franca Verde precisa de mais incentivos ainda. Por isso,

o senador sugere a isenção do Imposto de Importação para os insumos, máquinas e equipamentos, permitindo

assim que os produtores locais tenham condições mais favoráveis para a aquisição desses bens, para modernizar e ampliar seus centros de produção.

No relatório, Davi Alcolumbre defendeu que somente a isenção do IPI não garante a viabilidade da Zona Franca Verde. Esse benefício fiscal, afirma, apenas assegura aos estabelecimentos produtivos melhores condições de produção no que diz respeito ao uso de matérias-primas.

— É imprescindível garantir o aumento de produtividade por meio da modernização do parque industrial, como pretendido pelo projeto — defendeu o relator.

Mato Grosso do Sul pode ter áreas de livre comércio

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem o PLC 87/2018, que cria áreas de livre comércio em Corumbá e Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul.

Corumbá está próxima das cidades de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, na Bolívia, e Ponta Porã é vizinha da cidade de Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Essa proximidade, no entanto, tem causado problemas decorrentes da violência, derivada do tráfico de drogas e de armas, explica a relatora, Simone Tebet

(MDB-MS). O parecer foi lido por Romero Jucá (MDB-RR).

Como forma de contribuir para a diminuição desse problema e intensificar o processo de desenvolvimento dessas localidades, o projeto propõe oferecer benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus por cinco anos. Apresentado pelo deputado federal Dagoberto Nogueira (PDT-MS), o projeto prevê a isenção dos Impostos de Importação (II) e sobre Produtos Industrializados (IPI) para viabilizar a insta-

lação de empresas na região de fronteira.

Não serão concedidos os incentivos fiscais para empresas que produzam armas, munições, veículos de passageiros, bebidas alcoólicas e fumo e seus derivados. Além disso, a isenção dos dois impostos só será concedida a produtos industrializados que se destinem ao mercado nacional.

— Esse projeto é extremamente importante porque cria um mecanismo de desenvolvimento em uma região de fronteira que é impactada por outros países que fazem fronteira com Mato Grosso do Sul — justificou Jucá.

O senador ressaltou que o Executivo demarcará as áreas de livre comércio sem englobar qualquer área indígena.

— Estamos ressaltando as áreas indígenas exatamente para dar garantia à comunidade indígena — disse.

O senador pediu urgência para a proposta, que precisa do aval da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Adiada votação de teto para comissão cobrada por aplicativos de transporte

Romero Jucá (MDB-RR) pediu vista do projeto de lei que fixa um teto para a comissão cobrada pelos aplicativos de transporte, como Uber, 99 e Cabify. O PLS 421/2017 estava na pauta de ontem da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ).

De Lindbergh Farias (PT-RJ), o projeto limita a comissão a 10% do valor da viagem tan-

to para corridas individuais quanto para compartilhadas.

Romero Jucá disse que precisa de mais tempo para analisar a proposição e justificou:

— É um projeto que pretende tabelar a remuneração de um serviço entre dois entes privados, portanto, uma relação comercial. Acho que é algo extemporâneo fixar a remuneração.

Colegiado adia análise de texto que reajusta taxas de cartórios no DF

Projeto que reajusta as taxas cartoriais e cria um fundo para financiar e modernizar a Justiça do Distrito Federal (PLC 99/2017) foi retirado da pauta da reunião de ontem da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Relatora, Rose de Freitas (Pode-ES) disse que vai tentar construir um entendimento em torno da proposta.

Na semana passada, ela leu parecer pela aprovação do projeto, com uma nova tabela de custos e emolumentos. Os valores são inferiores aos que constavam na tabela anteriormente aprovada pela Câmara porque a senadora excluiu os valores relativos ao ISS das tabelas com as novas taxas a serem cobradas pelos cartórios.



Segundo Jucá, áreas indígenas não serão atingidas pela demarcação

Regina Sousa lamenta aumento da desigualdade social

Regina Sousa (PT-PI) lamentou o aumento da desigualdade social no Brasil. Ela também informou que, no dia 10, quando se comemoram os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará uma audiência pública para discutir o tema. Para Regina, a defesa dos direitos humanos e o combate à desigualdade social estão relacionados. E de acordo com ela, o Brasil precisa colocar o assunto em debate.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto reprova escolha de ministros de Jair Bolsonaro

Humberto Costa (PT-PE) criticou ontem a escolha de ministros do governo de Jair Bolsonaro. Ele citou o chanceler, que, segundo ele, quer acabar com blocos como o Mercosul e o Brics, transferir a embaixada em Israel de Tel Aviv para Jerusalém e aumentar o alinhamento “subalterno” aos Estados Unidos vigente hoje.

— Quero eu estar errado, mas tudo indica que teremos um governo retrógrado, medieval, obscurantista, que ameaça tragar o Brasil para as trevas totais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Indulto a condenados por corrupção vai contra o povo, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com o julgamento pelo Supremo da ação do indulto de Natal de 2017, concedido por Michel Temer. O indulto beneficia presos considerados sem periculosidade que tenham cumprido 20% das penas.

Ela destacou que qualquer decisão que permitisse isso iria contra a imensa maioria da população.

— Se você premia o corrupto, premia quem pratica o crime do colarinho branco, você está indo na contramão daquilo que a sociedade quer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier defende voto aberto na eleição para Presidência do Senado

Lasier Martins (PSD-RS) defendeu o voto aberto para a escolha do presidente do Senado. Ele é autor de um projeto de resolução que tem esse objetivo (PRS 53/2018). Para Lasier, os cidadãos rejeitaram nas últimas eleições a “velha política e suas práticas afins”, como a falta de transparência nas decisões, representada, neste caso, pelo voto secreto na escolha do presidente do Senado.

— O voto secreto para a Presidência da Mesa pode implicar eventuais atos pouco ou nada republicanos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Colegiado pede que governo reveja decisão sobre COP-25

Comissão de Relações Exteriores aprovou requerimento de Cristovam Buarque e Jorge Viana pedindo ao Executivo que reconsidere e retorne a candidatura do Brasil para sediar o evento a ser realizado em 2019

A DESISTÊNCIA DO Brasil de sediar a COP-25, no ano que vem, não foi bem recebida pelos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Requerimento que pede a revisão da decisão do governo foi aprovado ontem. A candidatura seria submetida à votação durante a COP-24, prevista para começar domingo em Katowice, na Polônia.

Além de Cristovam Buarque (PPS-DF) e Jorge Viana (PT-AC), autores do requerimento, o presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), criticou duramente a decisão do governo. Ele afirmou que a alegação apresentada, de não haver verbas para a realização do evento, é “conversa para boi dormir”.

— O governo precisa rever seu posicionamento o mais breve possível. O Brasil está abdicando de exercer seu *soft power*, um dos instrumentos mais úteis da nossa diplomacia para nossa afirmação internacional. Renunciar a esta candidatura não condiz com a estatura que atingimos no debate mundial relacionado às



Para Collor (D), país não pode se afastar do debate mundial sobre clima

mudanças climáticas. Estamos na contramão do movimento da comunidade das nações, e o mais preocupante é que este pode ser o primeiro passo para retirar o Brasil do Acordo de Paris. É algo dramático.

Já Viana informou que a proposta orçamentária de 2019 prevê verbas para a organização do evento, com a maior parte dos recursos já existente no Fundo Clima, gerido pelo BNDES.

Novo governo

Cristovam Buarque credita parte da decisão ao futuro governo:

— O mundo sabe que esta renúncia não está ligada a questões orçamentárias. O impacto para realizar a COP-25 seria ínfimo. O presidente eleito aponta em seu discurso o desprezo pela ecologia, e uma aliança radical com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O mesmo que afirma que o mundo não passa por crise climática, discordando da comunidade científica de seu próprio país. O que vai parecer é que esta não é uma decisão do governo Temer, mas de Bolsonaro, virando as costas para o mundo e se abraçando a Trump — afirmou o senador.

Comissão aprova novo embaixador para Belarus

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Paulo Fernando Dias Feres para a chefia da representação brasileira em Belarus. A análise da indicação segue agora ao Plenário do Senado.

Na sabatina, Feres informou ter se reunido com diplomatas de Belarus em Brasília, que lhe informaram sobre o interesse em parcerias na área militar e em aprofundar o intercâmbio econômico.

Com base nessas diretrizes, o país já concedeu oficialmente preferência à Embraer para o fornecimento de aviões e pretende realizar uma reunião da Comissão Bilateral de Assuntos Econômicos no ano que vem



Feres informou que Belarus promove festival dedicado à cultura brasileira

na capital, Minsk.

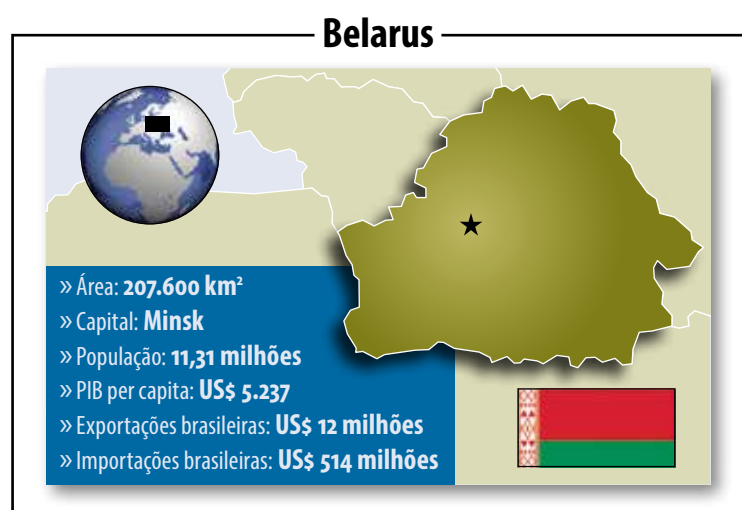
Também poderá ser aprofundado o intercâmbio na área cultural, segundo Feres. Isso porque Minsk realiza todos os anos o Vulica Brasil, evento dedicado à cultura brasileira,

que chegou a reunir mais de 100 mil pessoas em setembro de 2017.

— Vulica significa “rua” em bielorrusso. É um festival que reúne artistas brasileiros e bielorrussos durante duas semanas, de diversas áreas culturais, desde música até grafite e arte urbana em geral. É uma bela vitrine para divulgarmos nosso país — concluiu o diplomata.

Mercosul

Na reunião de hoje, o presidente da CRE, senador Fernando Collor (PTC-AL), voltou a defender a necessidade de manter unido o Mercosul, “cuja utilidade, relevância e sentido têm sido alvos de discussões no Brasil nos últimos dias”.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Jorge Viana critica desistência de sediar conferência

Jorge Viana (PT-AC) criticou a retirada pelo governo da candidatura para sediar, em 2019, a 25ª edição da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-25).

Para ele, isso seria importante para o país, em especial quando se verifica que o desmatamento na Amazônia aumentou 13% entre agosto de 2017 e julho de 2018.

— Se o Brasil sediar a COP-25, vai poder apresentar para o mundo todo o seu esforço no sentido de cumprir o Acordo de Paris. O Brasil é um grande protagonista de todo esse processo, que culminou com a assinatura do acordo, em 2015.

Guaracy defende comissão para combater drogas

Guaracy Silveira (DC-TO) defendeu a criação de uma comissão para combater o uso e o tráfico de drogas ilícitas.

Ele ainda pediu empenho da sociedade para conter o uso do cigarro e do álcool.

— O tabagismo está relacionado a mais de 50 doenças, sendo responsável por 30% das mortes por câncer de boca, 90% das mortes por câncer de pulmão, 25% das mortes por doença no coração, 85% das mortes por bronquite e enfisema, e 25% das mortes por derrame. Segundo a OMS, todo ano morrem mais de 5 milhões por causa do cigarro.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Avança projeto que reduz custo de trabalhar no exterior

Empresas brasileiras ou estrangeiras que atuem no Brasil poderão ter facilitada a transferência ou contratação de brasileiros para missões ou trabalhos a serem realizados no exterior. Este é o objetivo do projeto aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que segue agora para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 138/2018, de Armando Monteiro (PTB-PE), foi relatado por Jorge Viana (PT-AC), segundo o qual a atual legislação (Lei 7.064, de 1982), somada a jurisprudências posteriores do Tribunal Superior do Trabalho (TST), trava a contratação ou transferência de brasileiros para o exterior.

— A legislação vem contribuindo para a perda de postos de trabalho especializados para nossos cidadãos, retirando oportunidades. Tínhamos milhares de trabalhadores fora, mas isto acabou devido a encargos extras e insegurança jurídica. Este projeto retira os custos extras garantindo os direitos dos funcionários — disse Viana.

Assim como o relator, Armando Monteiro argumentou que, ao dificultar a transferência dos funcionários, a legislação também prejudica a geração de empregos no Brasil, pois cada transferência corresponderia a uma nova vaga no mercado interno. Além disso, a internacionalização das empresas brasileiras tem sido prejudicada.

O projeto define que a legislação trabalhista aplicável é a do local da prestação dos serviços, “como fazem hoje a

grande maioria dos países”.

As empresas deverão assinar um termo de compromisso no qual informam sobre as condições de trabalho e os principais direitos previstos pela legislação do país de transferência. Em caso de descumprimento, a empresa poderá ser demandada perante a Justiça do Trabalho brasileira.

O texto desonera as empresas do pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários sobre a parcela paga ao empregado em razão da sua transferência ao exterior, o que, de acordo com Armando Monteiro, eleva em demasia o custo da contratação de brasileiros para esses postos.

Viana ressaltou que ficam asseguradas aos transferidos todas as alterações ocorridas no salário-base da categoria, com os respectivos recolhimentos para a Previdência, FGTS e PIS. O texto também propõe um adicional de 25% do salário-base em razão da transferência, de caráter indenizatório, que serve como auxílio para custos adicionais com moradia, ensino e diferença de custo de vida.

O projeto permite a livre negociação entre empregados e empregadores, visando ampliar direitos, e estimula acordos previdenciários, “uma das maiores reivindicações dos brasileiros que moram e trabalham no exterior”, segundo o relator.

Por fim, a proposta prevê a conversão da transferência transitória em definitiva, o que contribuirá para a abertura de novas possibilidades aos brasileiros, ainda segundo Viana e Monteiro.

Comissão aprova descriminalização da maconha para uso medicinal

O projeto libera a importação de plantas e sementes, o plantio e a colheita da *Cannabis sativa* exclusivamente para fins medicinais ou científicos

A DESCRIMINALIZAÇÃO DO plantio da maconha para uso medicinal foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Relatado por Marta Suplicy (MDB-SP), o projeto teve o apoio da maioria dos senadores presentes na reunião, embora tenha recebido voto contrário em separado de Eduardo Amorim (PSDB-SE). A proposta segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o PLS 514/2017 decorre de ideia legislativa proposta no Portal e-Cidadania (SUG 25/2017). Na CAS, Marta, que também é presidente da comissão, foi favorável à proposta na forma de um substitutivo que permite à União liberar a importação de plantas e sementes, o plantio, a cultura e a colheita da *Cannabis sativa* exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo pré-determinados, mediante fiscalização.

O substitutivo também altera a Lei Antidrogas (Lei 11.343, de 2006) e passa a liberar o semente, o cultivo e a colheita da *Cannabis*, visando ao uso pessoal terapêutico, por associações de pacientes ou familiares que fazem o uso medicinal da substância, criada especificamente com essa



Eduardo Amorim (E), Airton Sandoval e Marta Suplicy (à mesa) em reunião

finalidade, em quantidade não mais que a suficiente ao tratamento segundo a prescrição médica.

Fiscalização

No voto em separado, Eduardo Amorim, que é médico, relatou duas preocupações em relação ao projeto. O primeiro é a incapacidade do Estado de controlar e fiscalizar o cultivo da maconha nas casas das pessoas. O segundo é a dificuldade de determinar a quantidade necessária para o paciente. O senador, que afirmou não ser contra o uso da planta para o tratamento de doenças, defendeu ainda que o Sistema Único de Saúde (SUS) deveria ser o responsável por distribuir o medicamento aos pacientes que precisam.

Waldemir Moka (MDB-MS),

também médico, considerou que o SUS não tem condições de importar medicamentos e que a burocracia poderia prejudicar os pacientes em tratamento.

— Eu me coloco aqui na condição dos pais, porque já vi crianças terem crises epiléticas, estados convulsionantes repetidos, oito, dez vezes ao dia. Conversei com colegas médicos, sobretudo pediatras e neuropediatras, e o que realmente faz cessar esse tipo de convulsão, quando refratária, é isso. Estamos falando especificamente desses casos.

Lídice da Mata (PSB-BA) concordou que o SUS teria dificuldade em financiar a importação desse medicamento.

Já Regina Sousa (PT-PI) também mostrou preocupação com a capacidade de fiscali-

zação do Estado. No entanto, ela disse que o projeto merece ser aprovado pela finalidade que ele tem.

Outro senador médico, Humberto Costa (PT-PE) disse que em breve a descriminalização da maconha para uso recreativo deverá ser aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele afirmou que o projeto se cercou de todo tipo de segurança para que não haja tráfico ou uso recreativo da maconha.

Sérgio Petecão (PSD-AC) foi o único a apoiar o voto em separado de Eduardo Amorim. Ele afirmou que o projeto prejudica o país e que os pacientes teriam condição de acesso ao medicamento pela Justiça.

Mas Marta afirmou que não vê dificuldade de o Estado verificar se o plantio está sendo feito para uso medicinal ou para outros fins.

No relatório, Marta defende que o tema não pode ser relegado à discussão ideológica ou política. No texto, a senadora cita pesquisas científicas relacionadas aos benefícios da *Cannabis* no tratamento de muitas enfermidades, como autismo, epilepsia, Alzheimer, doença de Parkinson, nas dores crônicas e nas neuropatias. E reforça que os tratamentos reduzem o sofrimento não só dos pacientes, mas também dos familiares.

Remédio fabricado com Cannabis é muito caro, afirma Marta Suplicy

Marta Suplicy (MDB-SP) comemorou em Plenário a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais, do projeto que permite o plantio de maconha para fins medicinais. A senadora esclareceu que a importação do medicamento fabricado nos Estados Unidos também pode ser uma saída para os pacientes, mas o custo é muito mais elevado que a compra e o cultivo das sementes.

— Sabe qual é o preço do remédio, em média? São R\$ 2.900 por mês que essas famílias gastam. Quem não tem esse dinheiro fica no desespero.

Eduardo Amorim teme falta de controle sobre plantio de maconha

Eduardo Amorim (PSDB-SE) justificou ontem em Plenário seu voto contrário ao projeto que descriminaliza o uso medicinal da maconha, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador, que é médico, explicou que é favorável à permissão do uso medicinal, mas tem receio quanto à capacidade do Estado de controlar o plantio em ambientes domésticos e coibir a atividade ilegal. Ele acredita ser inviável dimensionar a quantidade reservada para cada paciente e não considera apropriado que cada família mantenha “um laboratório dentro de casa”.

Proposta de reajuste dos planos de saúde considera gestão eficiente das operadoras

Representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) apresentaram ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a nova fórmula de cálculo de reajustes a serem aplicados pelas operadoras de planos de saúde.

Segundo o coordenador da área que elaborou a fórmula de reajuste, Bruno Morestrello, o novo cálculo pondera as despesas assistenciais e não assistenciais. Cerca de 80% dos gastos de um plano de

saúde são procedimentos, terapias, internações e exames — as despesas assistenciais. Os demais 20% são despesas não assistenciais, ou seja, o que a operadora do plano de saúde gasta com pessoal, locomoção e manutenção, por exemplo.

Se aprovada pela ANS, a fórmula levará em conta o índice do valor das despesas assistenciais (IVDA), que é formado por três elementos. O primeiro é a própria variação dos preços da despesa assis-

tencial (VDA) considerados os gastos da carteira de planos individuais das operadoras. A diferença, nesse ponto, é que o modelo atual leva em conta a média dos reajustes aplicados nos contratos coletivos.

O segundo elemento é o desconto da variação da Receita Faixa Etária (VFE), proveniente dos reajustes previstos toda vez que o usuário muda de faixa etária. Desse valor retira-se 1.

— Uma vez que a variação da

despesa assistencial já captura o efeito da mudança da idade, temos ali o desconto desse fator presente no reajuste — explicou Morestrello.

O terceiro elemento é o fator “ganhos de eficiência” (FGE). A ANS pretende estimular as operadoras a atuarem como gestoras de assistência à saúde, estimulando a eficiência e evitando um modelo que transforme a operadora numa mera repassadora de custos assistenciais.

Atingido, então, o índice de variação da despesa assistencial (IVDA = VDA/VFE-1-FGE), o percentual de reajuste é igual a 80% x IVDA + 20% x IPCA Expurgado (o que é eliminado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo são as contas referentes aos planos de saúde e às despesas médicas).

— O que a gente faz no expurgo é evitar que o reajuste do ano seguinte seja retroalimentado pelo reajuste do ano anterior.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Avançam medidas de combate ao tabagismo

Além de proibir qualquer forma de propaganda, o projeto impede a indústria de adicionar ao cigarro substâncias naturais ou sintéticas para modificar gosto ou cheiro

A COMISSÃO DE Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem projeto que estabelece a proibição de qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos também nos locais de venda. O projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Além disso, o PLS 769/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), estabelece a obrigatoriedade de que as embalagens dos cigarros sejam padronizadas, mantendo as advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, conforme regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Ao alterar a Lei 9.294, de 1996, o projeto também proíbe o uso de substâncias sintéticas e naturais que possam intensificar, modificar ou realçar

sabor ou aroma de cigarros ou outros produtos fumígenos, e estabelece punição, com multa e pontos na carteira, ao motorista que fumar ou permitir que passageiro fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos. A infração será considerada gravíssima.

Polêmica

A discussão do projeto foi marcada por controvérsia entre a senadora Ana Amélia (PP-RS) e o relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), sobre o impacto negativo da medida nas regiões produtoras de fumo. Segundo a senadora, 600 mil pessoas no Brasil dependem dessa atividade econômica. Ela também questionou a eficácia das restrições ao mercado legal de tabaco.

— Cerca de 40% do cigarro consumido no Brasil é contrabando. Drogas ilícitas não têm



Senador José Serra é autor do projeto que intensifica restrições ao tabaco

qualquer propaganda, mas estão nas portas das escolas trazendo uma tragédia para a sociedade brasileira. Esse tema tem que ser tratado com muita cautela — alertou.

Para Cristovam, é uma questão de tempo para que o cigarro se torne uma coisa “superada diante do avanço dos costumes”, e as pessoas envolvidas

nessa indústria terão que buscar outras atividades. O senador também defendeu o fim da publicidade de produtos derivados do tabaco, extensiva à publicação das marcas dos fabricantes, situação que, segundo Ana Amélia, prejudicaria projetos sociais.

— O contrabando fornece cigarro para quem já fuma,

não para novos fumantes que viriam com a publicidade — explicou o senador.

Em seu relatório, Cristovam diz que o Brasil já avançou significativamente em relação às medidas de combate ao tabagismo, mas é preciso dar continuidade a essas políticas. José Serra, ao justificar o projeto, afirma que o percentual de fumantes no Brasil foi reduzido de 35% para 14,7% entre 1989 e 2013, mas os custos relacionados ao uso do cigarro são “astronômicos” e superam em muito a receita tributária gerada pelo setor.

A Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) argumentou que não há evidências de que cigarros aromatizados apresentem maior risco à saúde dos fumantes e que o novo regulamento não afetará o mercado de cigarros contrabandeados.

Relatórios setoriais serão finalizados na terça

A Comissão de Mista de Orçamento (CMO) suspendeu a reunião da tarde de ontem, na qual votaria os dois últimos relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2019 (PLN 27/2018). Por decisão do presidente, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), a comissão voltará a se reunir na terça-feira.

Pela manhã, a comissão aprovou três relatórios setoriais: Turismo; Trabalho, Previdência e Assistência Social; e Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas. Faltam ser votados os relatórios de Defesa e Justiça, aos cuidados do senador Wellington Fagundes (PR-MT) e já entregue à CMO, e de Transporte, relatado pelo senador Wilder Moraes (DEM-GO) e ainda não entregue à comissão.

Na semana passada, a oposição fechou acordo com o governo para esperar até ontem por eventuais alterações na peça orçamentária. As mudanças chegariam ao Congresso por mensagem do Executivo contendo as propostas da equipe econômica

do governo de transição.

O deputado Afonso Florense (PT-BA) afirmou ontem à tarde que cumpriria o combinado:

— Se o novo governo mandar suas propostas dentro do prazo combinado, da nossa parte não ocorrerá obstrução.



Deputado Mário Negromonte (E) e senador Waldemir Moka (D) na CMO

Projeto proíbe multar quem cancelar passagem por doença

Passageiros que desistirem da viagem por motivo de força maior, como problemas de saúde, podem ficar isentos das multas das companhias aéreas. É o que determina o PLS 444/2018, em análise na Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto, que ainda não tem relator, também proíbe a cobrança para corrigir os nomes dos passageiros nas passagens e o cancelamento automático de trechos seguintes em caso de não comparecimento no primeiro.

Para a autora do projeto, Rose de Freitas (Pode-ES), o motivo de força maior está relacionado a eventos imprevisíveis que escapam à vontade do passageiro, como problemas de saúde, acidentes e fenôme-

nos da natureza. A definição, de acordo com o texto, deve ser feita pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Outra mudança sugerida é a proibição do cancelamento do trecho de volta quando o passageiro não se apresentar no embarque para o trecho de ida. De acordo com a autora, até 2016, esse cancelamento era automático. Depois, uma resolução da Anac passou a determinar que o trecho não será cancelado quando o passageiro comunicar à empresa aérea que pretende usar a passagem de volta. Agora a senadora propõe que esse cancelamento não ocorra automaticamente, mesmo quando o passageiro deixar de informar que pretende usar o trecho comprado.

Rose defende saque do FGTS pelo trabalhador que pedir demissão

Rose de Freitas (Pode-ES) defendeu que o trabalhador, ao pedir demissão, possa sacar integralmente o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ela é a autora do PLS 392/2016, que permite o saque pelos trabalhadores.

A senadora pediu a todos os senadores o apoio ao seu projeto e rebateu críticas que tem sido feitas à proposta.

— Sugerem que haveria o risco de que muitos se demitissem para ter acesso ao fundo. É ridículo, não se sustenta, pois parte da ideia que o empregado vai preferir sacar o seu FGTS a manter o emprego. Isso é irracional.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Romário lembra Dia da Pessoa com Deficiência, em 3 de dezembro

Romário (Pode-RJ) lembrou que em 3 de dezembro será comemorado o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de discutir os direitos dessa parcela da população, pautados na igualdade de oportunidades, na acessibilidade e nos direitos humanos.

Ele afirmou ainda que foram eleitos para o Senado nas eleições de outubro parlamentares que trabalharam na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146, de 2015), como Paulo Paim (PT-RS), Flávio Arns (Rede-PR) e Mara Gabrilli (PSDB-SP).



Jefferson Rudy/Agência Senado

Randolfe destaca aniversário de definição da fronteira do Amapá

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) registrou que no dia 1º de dezembro de 1900 foi definida a fronteira do Amapá com a França e, consequentemente, do Brasil com o país europeu.

Randolfe ressaltou que a disputa na região ocorria desde o século 18, mas foi no século 19 que a situação ganhou dimensão, provocou conflitos e exigiu atuação diplomática e debates científicos entre os dois países.

— Essa é uma história que merece ser lembrada aqui, que merece ser lembrada para as gerações que virão, no meu estado do Amapá.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi Hoffmann aponta paralisação no combate à desigualdade de renda

Gleisi Hoffmann (PT-PR) comentou o relatório da organização não governamental Oxfam, que apontou estagnação na queda da desigualdade de renda no Brasil pela primeira vez nos últimos 15 anos. A senadora classificou o fato como uma “vergonha”.

— A roda da redução das desigualdades emperrou. Os brasileiros voltaram a ser assombrados com a pobreza. Eu queria saber por que aqueles que se indignam tanto com a corrupção não se indignam com isso. Temos um estrato social pequeníssimo no Brasil que concentra a grande renda do país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Terra Ronca, em Goiás, pode ter fundo de apoio

Projeto aprovado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo cria mecanismo para desenvolvimento da região, um dos maiores sítios de cavernas da América Latina

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto que cria o Fundo Nacional de Apoio à Região de Terra Ronca (Funter), para promover o desenvolvimento da região, que fica nos municípios goianos de São Domingos e Guarani de Goiás. O projeto segue em regime de urgência para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por conta de pedido de Romero Jucá (MDB-RR) também aprovado pela comissão.

Jucá leu o relatório de Waldemir Moka (MDB-MS), favorável ao projeto.

“O fundo tem o objetivo de promover o desenvolvimento da Terra Ronca, preservar a cultura local, fomentar a qualificação dos trabalhadores locais, estimular produtos

feitos pelas comunidades locais, criar condições para a instituição de cooperativas e viabilizar a cooperação entre os moradores e entidades públicas e privadas de turismo”, ressalta o relatório.

O texto argumenta que o fundo vai beneficiar a exploração racional e ecológica da região. Para ele, a simples criação do Funter já vai atrair verbas de instituições internacionais voltadas para a ecologia e para a cultura, tendo em vista a originalidade e a beleza natural da região.

O Funter contará com receitas de operações de crédito internas e externas, firmadas com entidades privadas, públicas, nacionais e internacionais, convênios firmados entre os estados e outras fontes previstas em lei.



A Região de Terra Ronca, objeto da proposta, fica nos municípios goianos de São Domingos e Guarani de Goiás

Com área aproximada de 57 mil hectares, o Parque Estadual de Terra Ronca abriga um dos maiores sítios de cavernas e grutas da América Latina, muitas delas ainda não mapeadas. A formação do complexo deve-se à ação dos rios que nascem na Serra Geral, ganham volume sobre os maciços de quartzito e

erodem as rochas calcárias. O nome Terra Ronca deriva do rugido dos rios que atravessam as cavernas e do burburinho das cachoeiras que se formam no seu interior.

A gruta mais conhecida é a que dá nome ao parque, Terra Ronca, que se caracteriza pelo seu enorme pórtico, com 96 metros de altura e 120 metros

de largura, e salões medindo 760 metros de comprimento e 100 metros de altura.

“Tudo isso faz do turismo uma atividade vital para o desenvolvimento social e econômico dos municípios da região de Terra Ronca”, observa o autor, deputado Pedro Chaves (MDB-GO), na justificativa da proposta.

Avança projeto que obriga criação de fraldários

A obrigatoriedade de instalação de fraldário e banheiro familiar em lugares movimentados foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH). A proposta, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), abrange locais públicos ou privados onde há grande

circulação e concentração de pessoas como hospitais, universidades, centros de convenções e centros comerciais.

O projeto (PLS 152/2018) segue para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Randolfe, a oferta facilita a vida de lactantes, mães,

pais e responsáveis por bebês e crianças pequenas. O senador ressaltou que no chamado banheiro familiar, um pai pode acompanhar a filha e a mãe pode acompanhar o filho, por exemplo.

O relatório com voto favorável de Lídice da Mata (PSB-BA), lido na comissão por Paulo Paim (PT-RS), condiciona a concessão do habite-se ao cumprimento da exigência, no caso de imóveis novos, além de prever prazo de um ano para a adaptação de instalações antigas.

“Terão 12 meses para adaptar suas instalações. O descumprimento da norma enseja a aplicação de advertência, multa de até R\$ 50 mil, podendo a multa ser dobrada em caso de reincidência”, esclarece o texto.

Sugestão de proibir educação sexual nas escolas é rejeitada

A proibição da educação sexual nas escolas foi rejeitada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A sugestão legislativa (SUG 37/2017) apresentada via Portal e-Cidadania foi analisada ontem.

A intenção era alterar o artigo 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para aumentar as penas previstas para o constrangimento de menores. A proposta previa a punição para o “ensino ou discussão sobre sexualidade”, com aumento de pena em um terço se o debate fosse feito por alguém com cargo ou função pública, o que, em tese, abarca não só professores da rede pública, mas também servidores em geral.

A sugestão recebeu 20.495 apoios na internet. O parecer da relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), foi pela rejeição. Esse posicionamento foi defendido pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Ele ressaltou que a iniciativa popular entraria em confronto com outros dispositivos do ECA que asseguram os direitos da criança e do adolescente de terem acesso à educação e à saúde proporcionados pelo poder público.

Para a relatora, uma consequência da proibição do debate sobre sexualidade seria a dificuldade de atuação preventiva do Estado em questões como a gravidez precoce e as doenças sexualmente transmissíveis.



Paulo Paim lê relatório de projeto em reunião dirigida por Regina Sousa

Fundos previdenciários municipais são mal geridos, afirma Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou a situação financeira dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Ele lembrou que a criação desses regimes foi autorizada por lei em 1998. Desde então, mais de 2,1 mil estados e municípios criaram entidades previdenciárias para arrecadar, gerir e investir o dinheiro de servidores. Só que muitos municípios, afirmou, não repassam para os fundos o dinheiro arrecadado dos servidores nem os valores devidos pela própria administração pública. Além disso, não há dados confiáveis sobre a taxa de administração desses fundos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Hélio José homenageia o Cruzeiro, região administrativa do DF

Hélio José (Pros-DF) parabenizou o Cruzeiro, região administrativa do Distrito Federal, que faz 59 anos amanhã.

A região, segundo ele, faz parte do polígono de tombamento do Plano Piloto, sendo, portanto, considerada patrimônio histórico e artístico da humanidade.

O Cruzeiro, hoje com 35 mil habitantes, foi criado para abrigar parte dos trabalhadores que vieram para o Distrito Federal trabalhar na construção de Brasília, vindos do Rio de Janeiro.

— E essa influência se manifesta por meio da escola de samba Aruc, a maior vencedora dos carnavais do DF.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim pede proteção ao trabalho e à distribuição de renda por solidariedade

Paulo Paim (PT-RS) argumentou que é preciso ter solidariedade com os mais necessitados, como os desempregados e os que não tem acesso à comida. Só assim, afirmou, o país viverá numa democracia. O senador alertou que solidariedade não significa apenas reconhecer a situação de outra pessoa, mas agir para melhorar essa situação.

Para ele, a pobreza está avançando, e fechar os olhos para essa realidade é uma irresponsabilidade. Paim citou ainda que a desigualdade é um problema crônico no Brasil, de acordo com recente estudo do Ipea, que classificou o Brasil como o quinto país com maior desigualdade do mundo em uma comparação com 29 países.

Fátima destaca Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo

Fátima Bezerra (PT-RN) manifestou “satisfação e alegria” pelo fato de o presidente do Senado, Eunício Oliveira, ter instituído o Conselho da Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo.

A senadora lembrou que é dela o projeto para a criação da honraria, que será concedida pela primeira vez no dia 10. Fátima destacou a obra do potiguar Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) como jornalista, pesquisador e escritor, autor do *Dicionário do Folclore Brasileiro*.

— Tratou com muita paixão da alma brasileira. A contribuição de Cascudo para o folclore, para a gastronomia e para a literatura em geral é inegável.